

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019

N.º 8/2019/AM

DATA: Vigésimo segundo dia do mês de novembro, do ano de dois mil e dezanove.-----

HORA: Vinte horas e dez minutos.-----

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho.-----

O PRESIDENTE: Manuel Miguel Pinheiro Paiva (CDS/PP); -----

1º SECRETÁRIO: Nuno Miguel Pinheiro da Costa (CDS/PP);-----

2º SECRETÁRIO: Susana Marisa de Almeida Cunha da Silva (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Henrique da Silva Dias (CDS/PP);-----

- Deputada Municipal, Filomena Maria Soares de Almeida Moreira (CDS/PP); -----

- Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Albano de Oliveira Braga (Independente);-----

- Deputada Municipal, Rita Alexandra Alves Casal (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Hugo Martins Rodrigues de Sousa (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, José do Nascimento Peres (CDS/PP);-----

- Deputada Municipal, Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, José Augusto Tavares Ferreira (CDS/PP);-----

- Deputada Municipal, Sara Campos Bastos (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Diogo Filipe Tavares de Bastos (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Ricardo Jorge da Costa Oliveira (CDS/PP);-----

2019.11.22

- Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida (PSD);-----
- Deputado Municipal, António Santos Sousa (PSD);-----
- Deputada Municipal, Adriana Helena Silva Rodrigues (PSD);-----
- Deputado Municipal, Joaquim Alexandre Mendes de Pinho da Cruz (PSD);-----
- Deputado Municipal, Albino Luís Soares de Almeida (PS);-----
- Deputada Municipal, Ana Maria da Silva (PS);-----
- Arménio Tavares Lige, Presidente da Junta de Freguesia de Arões (CDS/PP);---
- Nelson Fernandes de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos (CDS/PP), que chegou mais tarde, conforme oportunamente se faz referência;----
- Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira, (CDS/PP);-----
- João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra (PS);-----
- António Luís Martins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge (CDS/PP);-----
- Sérgio Miguel Santos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões (CDS/PP);-----
- Manuel Correia de Campos, Presidente da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho (CDS/PP).-----

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, esteve presente em representação da Câmara Municipal, o seu Presidente José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva. Estiveram também presentes os vereadores em regime de permanência António Alberto Almeida de Matos Gomes, Maria Catarina Lopes Paiva, Daniela Sofia Paiva da Silva e José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho, e ainda os vereadores em regime de não permanência José Pedro Vieira de Almeida e Nelson da Silva Martins. -----

2019.11.22

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, declarou aberta a sessão.-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

a) INFORMAÇÕES DIVERSAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 19.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, passou de imediato a enumerar as diversas iniciativas e eventos, em que esta Assembleia esteve representada, desde a última sessão que teve lugar a 13 de setembro p.p.;-----

Informou que foram distribuídos os seguintes documentos: (1) Informação sobre o percurso do processo de Revisão do PDM, a pedido do respetivo Gabinete; (2) Declaração de autorização de divulgação de contactos e fotografia, para articulação com o Regulamento Geral de Proteção de Dados, a preencher pelos Senhores Deputados.-----

De seguida, informou ter sido contactado pelo representante do movimento das Baralhas, tendo-se achado por bem a elaboração de uma missiva à Assembleia Municipal (Entrada 289, de 20.11.2019), que procura sensibilizar a todos para um assunto importante e, que ele próprio, disse ao proponente, que a Assembleia Municipal estaria disponível para, dentro das suas atribuições e das suas competências, prestar a colaboração considerada necessária. É um assunto que terão de desenvolver mas, para já, fica esta indicação e a recetividade para ouvir as opiniões e contributos dos Senhores Deputados Municipais.-----

Deu nota da sua participação, assim como da 2.ª Secretária da Mesa, Susana Silva, e dos Deputados Municipais Albano Braga e Albino Almeida, numa reunião com a empresa DPO Consulting – Dr.ª Elsa Veloso, Encarregada, e Dr. António Gonçalves, acerca das implicações do Regulamento Geral de Proteção de Dados, também com a presença da Sr.ª Vereadora Catarina Paiva, a quem agradeceu a

2019.11.22

forma diligente como diligenciou a realização da mesma, um tema importante que não pode ser ignorado.-----

b) APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 13 DE SETEMBRO DE 2019: A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata da sessão ordinária de 13 de setembro de 2019, por maioria de vinte e seis votos a favor e uma abstenção do Sr. Manuel Correia de Campos, por não ter participado na referida sessão.-----

c) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA: O Sr. Presidente da Assembleia, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, concedeu a palavra aos membros inscritos.-----

Usou da palavra o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida que, após cumprimentar os presentes, referiu ter decidido intervir na sequência de diferentes movimentos de ativistas a que o nosso País tem assistido, no que se refere à ecologia, ambiente e saúde, e que, sem invocar fundamentos científicos credíveis, têm atacado a criação de gado bovino. Recordou que Vale de Cambra tem uma história muito ligada à agricultura, designadamente à cultura de vinho e criação de gado, que muito contribuíram para o desenvolvimento do Concelho, até porque muita da indústria cambrense nasceu precisamente dos laticínios, sendo reconhecido que Vale de Cambra foi o berço dos laticínios. Apresentou dois dados que mostram que a agricultura não é a razão fundamental nesta questão. Fez alusão a um estudo realizado em 2018, da autoria da Earth System Research Laboratory (ESRL), que concluiu que a quantidade de dióxido de carbono da atmosfera entre 1765 e 1965, num período de 200 anos, aumentou 14,2%, mas que, entre 1965 e 2018, aumentou 27,5%, ou seja, quando a agricultura era o sistema mais utilizado não cresceu tanto e, na era industrial, num quarto de tempo, o valor de dióxido de carbono na atmosfera

2019.11.22

aumentou o dobro. Referiu ainda outros estudos que concluem que 72% da emissão dos gases de estufa produzidos pela atividade humana provêm do sector energético e que só 11% tem origem nas atividades agrícolas. Realçou que não pretendeu colocar em causa os referidos movimentos, mas que, a título individual e pessoal, foi sua intenção mostrar um profundo respeito e deixar uma palavra de reconhecimento e apreço a todos aqueles que, ao longo do tempo neste Concelho, se dedicaram à criação de gado, que contribuíram para a realidade que somos hoje, recordando que no centro do Brasão de Vale de Cambra se encontra a representação/desenho de uma vaca. -----

Interveio, de seguida, o Sr. Presidente da Junta de Macieira de Cambra, João Pedro Costa, que, após cumprimentar os presentes, referiu congratular-se com as obras levadas a efeito na Rua das Palmeiras, na Relva. Uma vez que foi lançada a concurso a Estrada de Porto Novo, com a base de cerca de 300mil euros, perguntou se o valor em causa é só para a sua pavimentação ou também para o alargamento da estrada.-----

No uso da palavra o Deputado Municipal Albino Luís Soares de Almeida, após cumprimentar os presentes, deu nota que foi incumbido como responsável pela Revisão do Regimento, sendo que há cerca de quatro meses o Grupo de Trabalho decidiu usar como base o Regimento da Assembleia do Porto e adaptar o mesmo a Vale de Cambra. Perguntou ao Sr. Presidente da Assembleia se, entretanto, foi desenvolvido mais algum trabalho, se está a ser analisado. Espera que não fique no esquecimento, pelo tempo que dedicaram a isto.-----

De seguida, colocou as seguintes questões ao Senhor Presidente da Câmara:-----

- no que se refere ao acidente com o Colaborador da Câmara, Manuel da Costa, se foram cumpridos atempadamente todos os formalismos legais (preservação do espaço, chamada das autoridades policiais e comunicação à ACT);-----

2019.11.22

- qual a legislação que “legalizou” a não cobranças de centenas de milhares de euros de consumo de água e taxas associadas;-----
- a quem, qual o Departamento, competia a cobrança coerciva das dívidas oriundas do não pagamento do consumo de água e taxas associadas, antes de ser a Autoridade Tributária;-----
- se entre os devedores, se encontravam ou encontram Colaboradores da Câmara Municipal e/ou Eleitos Locais;-----
- se toda a tramitação legal da Reabilitação da EB 2,3 das Dairas foi atempadamente realizada. Se sim, pode imputar-se ao empreiteiro penalizações se a empreitada não for atempadamente entregue;-----
- se todas as obras que foram a concurso, foram aprovadas pelo Tribunal de Contas.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, prestou a seguinte informação: sentida a necessidade de rever o Regimento foi criada uma comissão que integra um elemento de cada bancada. Essa equipa reuniu, pelo menos, uma vez consigo e, entregou à Mesa da Assembleia uma cópia do Regimento da Assembleia Municipal do Porto, dizendo que a considerava ajustada mas, como é evidente, a realidade do Porto é algo diferente, tendo de ser ajustado à realidade de Vale de Cambra. Esse trabalho está a ser feito pela Jurista da Câmara Municipal e pela própria Mesa, na medida do possível. Mas, é um trabalho de alguma dificuldade técnica, presumindo-se que nas próximas semanas deverá estar concluído.-----

De seguida, interveio o Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida, que, após cumprimentar os presentes, proferiu a seguinte intervenção que, se transcreve, conforme seu pedido à Mesa: “Relativamente à oportuna intervenção do Deputado José Soares, queria acrescentar,

2019.11.22

relativamente à poluição, vou falar da poluição do Rio Douro, a contaminação é hoje cinco vezes superior à registada em 1985, quando não existiam estações de tratamento de águas residuais.-----

A Magna Carta, também denominada Carta das Liberdades ou Concórdia, é um documento de 1215 que limitou o poder dos monarcas de Inglaterra, impedindo assim o exercício do poder absoluto. Segundo os termos da Magna Carta, o Rei deveria respeitar determinados procedimentos legais, bem como reconhecer que a vontade do Rei estaria sujeita à Lei. Considera-se a Magna Carta o primeiro capítulo de um longo processo histórico que levaria ao surgimento do constitucionalismo, (cito: *pt.wikipedia.org*) matéria esta que não é, de todo, desconhecida de todos aqueles que seguem o percurso da lei, como é o caso do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Estamos a falar de um acontecimento ocorrido em 1215, século XIII, há 804 anos. Agora e aqui, nesta Assembleia, ouvimos o Senhor Presidente da Assembleia reafirmar que, quem conduz os trabalhos é a Mesa e que o Senhor Presidente da Câmara só responde se quiser, contrariando o documento legal que nos orienta. Assunção Cristas, CDS, na anterior legislatura, dizia que “Ferro Rodrigues é o Presidente dos eleitos e não do CDS”. Cecília Meireles, CDS, nesta legislatura interpela o Senhor Presidente da Assembleia da República exigindo que o Senhor Primeiro Ministro responda a todas as questões que se lhe são postas. Ao bom exemplo do CDS nacional corresponde, de forma inversa, o mau exemplo do CDS de Vale de Cambra. Aqui e agora, o Senhor Presidente da Assembleia “trunca” o Regimento desta Assembleia consoante as “suas necessidades, omitindo/ignorando partes e/ ou invocando outras tantas não explicitamente expressas. É o que se costuma designar “enviesamento”, neste caso da “Magna Carta” desta casa que se chama Regimento da Assembleia Municipal.”-----

2019.11.22

Senhor Presidente da Câmara, em 13 de setembro deste ano, página 13 dos meus apontamentos, página 27 da ata de 13 de setembro de 2019, relativamente à Casa da Broa, dizia-mos que a Casa da Broa de Paraduça aguardava a aprovação do PSS, perguntamos-lhe de quem é a competência da aprovação do PSS e, como de costume, não respondeu, não quis responder ou não soube responder. Agora de volta ao assunto, na sua Informação de 22.11.2019, página 36, dizendo que a obra foi adjudicada. Retomo o tema não para esclarecer V. Ex.^{as}, o Senhor Presidente da Câmara, mas sim para todas as pessoas que de futuro lerem esta ata – a competência da aprovação do PSS é da Câmara Municipal de Vale de Cambra e se a adjudicação da obra se atrasou deve-se a V. Ex.^a. Este despiciente, confirma tudo o que o PSD tem vindo a afirmar e reafirmar. E completo dizendo que o Shakespeare escrevia “Nenhuma herança é tão rica quanto a honestidade”.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que, se houve intenção de insinuar parcialidade no que se lhe refere, refuta-a totalmente.

No uso da palavra o Deputado Municipal, independente, Albano Oliveira Braga, após cumprimentar os presentes, abordou os seguintes assuntos:

- Na última sessão foi reportada a poluição da Ribeira de Lordelo, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara ou ao Sr. Vereador do Pelouro qual o ponto de situação;

- Tendo reportado, oportunamente, ao Vereador do Pelouro uma poluição num lote da Zona Industrial de Lordelo/Codal, não obteve, até à data, uma resposta formal do Sr. Vereador ou do Sr. Presidente da Câmara;

- Quanto à reunião tida sobre a Proteção de Dados, já referida anteriormente pelo Sr. Presidente da Assembleia, na qual participaram os Técnicos Contratados, afirmou não ter gostado da mesma. Deu nota que ele próprio, o Deputado Albino

2019.11.22

Almeida e o Sr. Presidente da Assembleia partilharam da mesma postura. Disse ter transmitido à Dr.ª Elsa Veloso que não podem calar o órgão fiscalizador e que, sempre que precisar de um documento, vai fazer o requerimento ao Sr. Presidente da Assembleia, como de resto tem feito até aqui, que a resposta tem de vir em tempo útil e, se tal não acontecer, tem os meios à disposição para defender os interesses de Vale de Cambra;-----

- Tendo consultado um quadro afixado no Edifício Municipal, sobre o SIADAP, e respetivo processo de avaliação dos 172 colaboradores da Autarquia, frisou que: em 45 Técnicos superiores, 32 tiveram avaliação “Excelente”, o que perfaz 71%; os Assistentes Técnicos, num total de 39, 17 tiveram “Excelente”, perfazendo 43,58%; dos 82 Assistentes Operacionais apenas 29 tiveram “Excelente”, perfazendo 35%; Os 3 Técnicos de Informática tiveram todos nota “Excelente”, portanto 100%; Dos 3 Fiscais existentes, 1 teve “Excelente”. Não colocando em causa a avaliação, referiu, contudo, estranhar que quem está nos níveis superiores da Autarquia tenha em percentagem 70% de Excelentes. Há qualquer coisa que não bate certo;-----

- Na sequência do comunicado do Sr. Presidente da Câmara, na última sessão, dando conta da sua situação de Arguido, perguntou se há mais algum arguido na Câmara Municipal. Acrescentou, ainda, que, após aquele comunicado, seguiu-se uma intervenção em nome da bancada do CDS, de que esta estava solidária com o Presidente da Câmara, ora, uma vez que o anúncio foi feito na hora e que o interveniente não falou com a bancada pois estavam todos ali presentes, perguntou como é possível falar em nome da bancada do CDS. Questiona-se se não teria já reunido a bancada no dia anterior, sendo que, nesse caso, há informação privilegiada.-----

2019.11.22

Interveio, de seguida, o Sr. Presidente da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho que, após cumprimentar os presentes, referiu as críticas constantes ao Executivo, que podem ler-se nas atas, sem que se apresentem ideias a concretizar e que tal não é construtivo.-----

De seguida, dando conta de uma situação no Concelho vizinho de Oliveira de Azeméis, perguntou porque não se cobra também em Vale de Cambra a taxa devida pela recolha de RSU a quem não tem serviço de abastecimento público de água e/ou saneamento, havendo funcionários da Câmara que poderiam fazer essa pesquisa, uma vez que significaria uma receita para a autarquia de milhares de euros.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, após cumprimentar os presentes, prestou os seguintes esclarecimentos e/ou informações:-----

- partilha da opinião do Deputado Municipal José Soares, Vale de Cambra foi um Concelho predominante agrícola; que a agricultura é uma área de atividade económica fundamental para a nossa sobrevivência, sendo que a maioria da nossa alimentação daí provém.-----

- a rede de abastecimento de água e saneamento tem vindo a ser alargada em diversos locais do Concelho, de acordo com as disponibilidades financeiras. Mais informou, que, através da AMP, têm vindo a sensibilizar o Governo para que no PNI 2030 (Plano Nacional de Investimentos 2030) seja feita a inclusão da expansão da rede em quatro ou cinco Municípios ainda deficitários nesta área.-----

- sobre a Estrada de Porto Novo, informou que além da pavimentação, o procedimento refere-se a reperfilamento e drenagem de águas pluviais. Estando o procedimento a decorrer não consegue indicar ainda a data de início da obra.-----

2019.11.22

- relativamente ao acidente com o Colaborador Manuel da Costa informou estarem a decorrer os trâmites normais, que brevemente decorrerão diligências junto dos tribunais. No devido tempo, a informação disponível será facultada.-----
- quanto a dívidas por consumo de água, referiu não saber se algum colaborador ou eleito é devedor, mas mesmo que o soubesse não o iria revelar aqui. -----
- quanto à Reabilitação da EB 2,3 das Dairas afirmou ter um atraso considerável e que, na semana seguinte, seriam tomadas decisões, pelo que não adiantou mais.-
- relativamente aos Contratos sujeitos a visto do Tribunal de Contas, isto é, de valor superior a 350mil euros, informou que foram todos visados (quatro obras), não existindo nenhum procedimento/obra pendente.-----
- referente ao PSS Casa da Broa, confessou não se lembrar da questão, mas que acha ter a competência para aprovar os PSS quando eles têm os pareceres técnicos adequados e favoráveis. Só a partir do momento da aprovação é que se começam a contar os prazos para a empreitada. Se a consignação entrar depois da aprovação do PSS o que conta é a data da consignação.-----
- sobre a descarga na Ribeira de Lordelo, informou do encaminhamento normal e acompanhamento pelas autoridades oficiais competentes.-----
- sobre os resíduos num lote da zona industrial de Lordelo/Codal referiu que houve uma visita ao local e que não há perigo ou toxicidade associada aos materiais ali depositados. Pediu contudo ao Sr. Vereador do Pelouro que confirmasse esta sua afirmação.-----
- quanto ao processo de avaliação dos Colaboradores, poderá a Sr.^a Vereadora do Pelouro prestar esclarecimentos adicionais.-----
- relativamente à informação que prestou sobre ser arguido no processo das LIT referiu que prestou essa informação no momento e locais corretos - em reunião

2019.11.22

de Câmara e em sessão da Assembleia. Não avisou ninguém. Não tem informação quanto à existência de outros arguidos e desconhece avanços nesta matéria.-----

- no que se refere à questão de cobrança de RSU, é pertinente, mas que, pese embora tentativas de outros mecanismos, ainda só é possível cobrar a taxa de RSU através da faturação de consumo de água, o que não invalida que a Câmara Municipal continue a trabalhar nesse sentido.-----

No uso da palavra o Deputado Municipal Henrique da Silva Dias propôs um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. António José Tavares Prado e Castro, Ex-Presidente da Câmara Municipal, no tempo do Estado Novo, um cidadão que não era natural de Vale de Cambra, mas que aqui se fixou e se tornou um Valecambrense dos melhores, um grande companheiro, um homem culto, um amigo com quem teve o privilégio de conviver.-----

VOTO DE PESAR APROVADO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e sete membros presentes, um voto de pesar pelo falecimento do Ex-Presidente da Câmara Municipal (1966-1970), Dr. António José Tavares Prado e Castro e do mesmo dar conhecimento à Família enlutada.-----

O Deputado Municipal Albano Braga, em intervenção suplementar, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara resposta por escrito do teor da informação prestada quanto à inexistência de perigo dos resíduos existente no lote da ZI de Codal.-----

Chegou à sessão o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, Nelson Fernandes de Almeida.-----

Concedida a palavra ao Vereador José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho, em resposta ao Deputado Albino Almeida, esclareceu não existir legislação nesse sentido, há sim uma dificuldade na cobrança, mas que esta tem vindo a diminuir. Acrescentou que, quanto ao segundo trimestre de 2019, existe um défice de

2019.11.22

1,25% entre as faturas emitidas e não pagas. Quanto à cobrança coersiva refere-se a uma altura em que não estava na Câmara Municipal, portanto não consegue dar resposta, assim como à questão sobre dívidas de colaboradores ou eleitos locais que, existindo, e frisou “existindo”, não teria permissão para revelar tal facto. -----

Relativamente à poluição da Ribeira de Lordelo, referiu que a competência da gestão dos recursos hídricos está sob a esfera da Agência Portuguesa do Ambiente. Não obstante, a Câmara Municipal esteve presente desde o primeiro indício de contaminação e teve uma colaboração estreita com o Núcleo de Proteção Ambiental da GNR, do que resultou um Auto emitido por esta Entidade, transmitido à APA. Para a Câmara Municipal o assunto ficou encerrado quando numa reunião tida com a GNR foi transmitido que a situação estava a decorrer nos trâmites legais. -----

Quanto ao lote na Zona Industrial referiu ter transmitido pessoalmente ao Deputado Albano Braga as conclusões tiradas na visita que fez com a Técnica de Ambiente da Câmara Municipal, tendo-lhe transmitido na ocasião que há indicações da Agência Portuguesa do Ambiente para a integração dos resíduos de construção e demolição em obra. O lote em causa tem uma grande depressão e obviamente o construtor tem de fazer a regularização do piso, sendo normal que utilize resíduos de construção e demolição, desde que sejam resíduos limpos. Obviamente não fez análise de resíduos, mas tirou fotografias, que poderá facultar. Mas, pedirá à Técnica de Ambiente para fazer o devido Relatório. -----

Sobre a questão colocada pelo Sr. Manuel Campos, referiu que é um desafio interessante, contudo não é algo fácil de fazer ou já estaria a ser cobrado. Mas, é algo a pensar no futuro visto que a Câmara Municipal de Vale de Cambra é

2019.11.22

deficitária no que diz respeito à cobertura de custos nos serviços de gestão de resíduos.-----

Em intervenção complementar, o Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida referenciou que no ponto 1, da ordem do dia, iria abordar questões relacionadas com a água e saneamento.-----

Em nova intervenção complementar, o Deputado Municipal independente Albano Braga, referiu viver ao lado do loteamento, pelo que perguntou objetivamente ao Sr. Vereador José Alexandre se considera que restos de alcatrão, tubos de pvc, plásticos, são poluentes ou não. Aconselhou, ainda, novas visitas ao local.-----

Respondeu o Sr. Vereador José Alexandre Pinho, de que não mora perto do local e que não tira fotografias diárias ao mesmo, mas que ali vai frequentemente acompanhar a referida zona industrial e as várias obras que vão decorrendo. Relativamente ao alcatrão, esclareceu que o betuminoso é o componente principal das nossas estradas e não é propriamente um poluente, podendo ser reutilizado em obra desde que devidamente britado, mas que não viu nenhuma placa de betuminoso. Certo que há a proibição de reutilização de material contendo alcatrão, mas que o mesmo apenas foi utilizado por altura da Segunda Guerra Mundial, por ter sido introduzido carvão na sua produção em vez de petróleo. Portanto o betuminoso que hoje em dia é utilizado não é contaminante, porque se não cada vez que chovia "estávamos tramados", passe a expressão.---

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

Tendo sido apresentada, no início desta sessão, uma Moção pelo Deputado Municipal independente, Albano Oliveira Braga, a mesma foi admitida pela Mesa, por se encontrar devidamente fundamentada, pelo que foi colocada a discussão e votação, com preferência em relação aos restantes assuntos:-----

2019.11.22

- MOÇÃO APRESENTADA PELO DEPUTADO MUNICIPAL INDEPENDENTE, ALBANO OLIVEIRA BRAGA PARA QUE A FOTOGRAFIA DO EX-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, JOSÉ ANTÓNIO BASTOS DA SILVA, SEJA DEPOSTA DO LOCAL ONDE SE ENCONTRA: O 1.º Secretário da Mesa,

Nuno Miguel Pinheiro Costa procedeu à leitura da Moção apresentada, cujo teor é o seguinte: “Ao abrigo da alínea b, ponto 1, artigo 61º. Direitos, secção III, e alínea e, artigo 28º, e alínea o, ponto 1, artigo 3º – competências da apreciação e fiscalização da Assembleia Municipal, venho apresentar à mesa e Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a seguinte moção:-----

1- Considerando a proposta da Senhora Procuradora da República, aos Senhores Desembargadores do tribunal da relação do Porto, referente ao Processo n.º 276/11.8TAVLC, no sentido da condenação do ex-Presidente da Câmara de Vale de Cambra, José António Bastos da Silva.-----

2- Considerando a decisão/sentença dos Senhores Desembargadores do Tribunal da Relação do Porto, de condenar o ex-Presidente da Câmara, José António Bastos da Silva.-----

3- Considerando a pena aplicada de 1 ano e 2 meses de prisão, suspensa por igual período de tempo, bem como, a entrega aos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra, a quantia de 1500 euros.-----

4- Considerando que o crime de abuso de poderes, processo n.º 276/11.8TA/VLC, transitou em julgado no dia 3/10/2019.-----

5- Considerando os prejuízos de imagem para o Concelho de Vale de Cambra, bem como da arrogância e prepotência demonstrados pelo ex-Presidente da Câmara Municipal, durante as sessões da Assembleia Municipal e reuniões da Câmara Municipal, no período de outubro de 2009 a setembro de 2017.-----

6- Considerando os prejuízos para a autarquia, conforme o descrito na sentença.-

2019.11.22

7- Considerando as decisões do coletivo de juízes e da Senhora Procuradora acerca dos acontecimentos e postura de alguns técnicos da Câmara e depoimentos de algumas testemunhas.-----

8- Considerando os comentários do coletivo de Juízes e da Senhora Procuradora acerca deste processo, e que passo a citar:-----

- *“...mas não se pode esquecer que, para além desses, foram produzidos outros elementos de prova que o recorrente omite por completo, por serem desfavoráveis à sua posição.”-----*
- *“...grande parte dos factos encontram-se provados por documentos – em especial os documentos camarários e relatórios da IGAL...”-----*
- *“...atas das reuniões da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal...”---*
- *“...aliás, o seu depoimento, bem como os das demais testemunhas com a mesma “cor” partidária do recorrente tinham os seus depoimentos perfeitamente “alinhados”, usando as mesmas expressões e apresentando as mesmas justificações e os mesmos esquecimentos.”-----*
- *“...no que concerne à medida da pena foram ponderados, em desfavor do arguido, o facto de ter agido com dolo direto, o modo de execução dos factos com ponderada e reflexão sobre os mesmos, o grau de violação dos deveres impostos ao arguido como Presidente da Câmara, acentuado grau de culpa e ilicitude, ausência de arrependimento e de factos reparadores do crime, elevadas necessidades de prevenção geral, bem como danos causados à imagem do funcionamento do sistema político e em especial o autárquico. ...”-----*
- *“...a opinião pública encontra-se hoje muito atenta e sensível aos comportamentos dos políticos e vê com severidade todo o tipo de irregularidades-criminais ou não-praticadas por estes no exercício e por causa das suas funções.”-----*

2019.11.22

- *“...perpassa dos depoimentos das testemunhas que estão ou estiveram ligadas à Câmara, uns em maior grau do que outro, uma contenção, como se houvesse preocupação em limitar a responsabilidade do arguido...”-----*
- *“...bem assim a circunstância de os factos terem subjacente a prática de um ilícito cometido por alguém que foi eleito por sufrágio direto e universal, que mereceu a confiança dos eleitores, para o exercício do cargo de Presidente da Câmara Municipal e, que não obstante a defraudou. Que não esteve à altura das legítimas expetativas de todos aqueles que nele confiaram para o exercício daquelas funções.”-----*
- *“...daí que o abuso de poder, praticado por alguém que é eleito para o exercício de cargos no poder local, adquiriu uma fortíssima ressonância negativa na consciência comunitária.”-----*

Concluindo, proponho que a fotografia do ex-Presidente da Câmara Municipal de Vale de Cambra, José António Bastos da Silva, seja deposta do local onde se encontra, por não merecer tal honra.-----

Vale de Cambra, 22 de novembro de 2019-----

O Deputado Municipal Albano Oliveira Braga”-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva abriu o período de discussão:-----

No uso da palavra o Deputado Municipal Henrique da Silva Dias referiu que o cidadão José António Bastos da Silva foi eleito, pela bancada do PSD. Por não se sentir confortável em votar esta moção só pela sua simples leitura, até porque não sabe se a Assembleia tem competência para o fazer, propôs o agendamento desta numa outra sessão para que possa ser analisada, ou em alternativa sugeriu à sua bancada o voto contra.-----

Usou da palavra o proponente, Deputado Municipal, Albano Oliveira Braga, referindo não estar em causa o julgamento do Partido Social Democrata, mas sim

2019.11.22

avaliar o que foi feito por um cidadão que em determinada altura foi Presidente da Câmara. O partido não está em causa.-----

Interveio, de seguida, a Deputada Municipal Adriana Helena Silva Rodrigues, que, após cumprimentar os presentes, referiu que a sua bancada vai votar contra, quer seja hoje, quer no futuro. O cidadão José Bastos foi eleito para servir os cidadãos de Vale de Cambra, foi julgado nas instâncias próprias e esta Assembleia Municipal, no seu entendimento, não tem competência para julgar novamente uma pessoa por aquilo que as instâncias próprias já determinaram. A posição do PPD/PSD é de total solidariedade para com o cidadão José Bastos e profundo agradecimento por todo o trabalho que fez pelo desenvolvimento do Concelho. Errar todos erram.-----

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal perguntado ao Sr. Henrique Dias se mantêm a sua proposta de agendamento desta Moção noutra sessão, o Deputado referiu subscrever as palavras da Deputada Adriana no que refere ao facto de não termos aqui que julgar ninguém, pelo que o Sr. Presidente da Assembleia considerou retirada a proposta do CDS/PP de agendamento do assunto noutra data.-----

O Deputado Municipal Albino Luís Soares de Almeida referiu não estar em condições de votar, aliás não entende o que se passou, pelo que também entende que pode ser estudado, para mais tarde ser levado a avaliação. -----

O Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida disse não se pronunciar sobre o aspeto formal, pois para votar favoravelmente teria de conhecer em pormenor os factos invocados. Mas que, pronunciando-se em substância, disse que ainda no último mandato, perante o Eng.º José Bastos tinha tido a oportunidade de, no âmbito das sessões da Assembleia, manifestar frontalmente uma posição contra a sua ideia para o parque subterrâneo, assim

2019.11.22

como, em contexto de campanhas eleitorais, também se tinha pronunciado sobre os seus diferentes pontos de vista em outros aspetos. Acrescentou que, não se podia negar que o Eng.º José Bastos foi Presidente da Câmara, que construiu muitas coisas positivas pelo Concelho de Vale de Cambra. Desta forma, com as fotografias afixadas nos Paços do Concelho se presta uma homenagem a todos os que foram Presidentes de Câmara, alguns com mais trabalho que outros, mas que todos eles contribuíram, mais ou menos, para o desenvolvimento do nosso Concelho.-----

Neste momento, e após a discussão do assunto, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém propunha o adiamento do assunto. Não havendo intenção de retirar o assunto de apreciação, o Sr. Presidente colocou a Moção a votação.-----

Apreciada e votada a Moção em título, foi a mesma rejeitada, por maioria de vinte e sete votos contra e um voto a favor, do seu proponente.-----

1. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DESTA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: Presente, para apreciação, a Informação Escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 13 de novembro, retificada em 21 de novembro, acerca da atividade do Município e da situação financeira deste, no período de 31 de agosto a 10 de novembro de 2019, remetida pelo ofício que deu entrada nesta Assembleia Municipal sob o n.º 283, de 14 de novembro de 2019.-----

O Sr. Presidente da Câmara, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva mostrou disponibilidade para demais esclarecimentos, porquanto a informação

2019.11.22

contida no documento é exaustiva. Explicou o lapso de transcrição, retificado no dia 21 conforme comunicação remetida ao Sr. Presidente da Assembleia. -----

Interveio o Deputado Municipal Independente, Albano Oliveira Braga, que, a propósito da extinção do direito de superfície da União de Freguesias, citada na página 50 da Informação Municipal, forneceu informação detalhada sobre a data da compra dos terrenos pela Câmara:-----

- No dia 14.12.2007, a Câmara Municipal comprou (contrato 18/2007) dois artigos por 132mil euros, cujo objetivo claro era para equipamento básico, artigo 978 com 620m2 e o artigo 979 com 3480m2, o que perfazia 4100m2.-----

- No dia 03.10.2018, a União de Freguesias fez um pedido à Câmara Municipal de cedência do direito de superfície por 50 anos, para construir um centro cívico, correspondendo aos artigos matriciais 2308 (978) e 2309 (979).-----

- No dia 14.12.2018 há um parecer emitido pela Dr.^a Isabel Mariano, para a cedência por 50 anos, dos 4100m2, dos dois artigos atrás referidos, para envio à Assembleia para se votar. Na planta do local, apreciada no mesmo dia, não é definida a área a ceder. Em 29.01.2019, na reunião de Câmara (ponto 12) foi discutida a cedência por 50 anos, para a construção do Centro Cívico, sendo que o Sr. Vereador António Alberto Almeida Matos Gomes, em resposta a uma questão de um outro Vereador, disse que o terreno e as benfeitorias ali construídas revertem para a Câmara ao final dos 50 anos. A Junta diz que é para o centro cívico.-----

- No dia 22.02.2019, na sessão da Assembleia Municipal (ponto 6), a Cedência do direito de superfície, pelo prazo de 50 anos, foi votada por unanimidade.-----

- Na sequência, no dia 09.04.2019 foi registado na Conservatória o artigo 2308 com 620m2 para construção do Centro Cívico, referindo-se no registo construção

2019.11.22

do Centro Cívico. No mesmo dia, foi registado também na Conservatória o artigo 2309 com 3480m² e refere o registo construção do Centro Cívico.-----

- Cadernetas Prediais: A Caderneta Predial do artigo 2308 com 620m², ano 2008, com valor de € 49.293,58 avaliado em 2017. A Caderneta Predial do artigo 2309 com 3480m², ano 2008, com valor de €281.647,63 avaliado em 2016.-----

- No dia 28.10.2019, teve lugar uma sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia, “muito duvidosa”, convocada em 21.10.2019 pelo seu Presidente António Couto, e referia os artigos, sendo o artigo 2308 com 1015m² para fazer uma creche. O artigo 2308 que tinha 620m², passa agora numa Assembleia Freguesia a ter 1015m², além de que a convocatória dizia que era para fazer uma creche, mas não informava onde ou para quem era a creche. Os cidadãos não sabiam do que se tratava.-----

- No dia 29.10.2019, no Cartório Notarial de Vale de Cambra, o Sr. Presidente da União de Freguesias e o Presidente da Câmara Municipal fizeram uma escritura de extinção do direito de superfície, decidido por esta Assembleia Municipal.-----

- No dia 05.11.2019 teve lugar uma reunião da Câmara Municipal em que se fala fazer um Contrato de Comodato de 50+1 anos, à Fundação Luíz Bernardo de Almeida.-----

Face aos dados apresentados, leu o seguinte requerimento: “Considerando que:--

1. No dia 29.01.2019 a Câmara Municipal, em reunião do executivo, deliberou ceder o direito de superfície à união de freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, para a construção do centro cívico e, posteriormente, em 22/2/2019, passou pela Assembleia Municipal para a devida fiscalização;-----

2. No dia 28.10.2019 a União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho em reunião extraordinária da Assembleia de Freguesia, deliberou destacar e ceder para Privado parte dos terrenos do artigo 2308, com 1015m² e

2019.11.22

artigo 2309 para a construção de creche, dando destino diferente para o qual recebeu os terrenos;-----

3. No dia 29.10.2019, o Presidente da Câmara, sem competências, autorização ou mandato, procedeu por escritura pública do dia 29, à extinção do direito de superfície que dias antes tinha cedido à união de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, passando a criar esse direito por 50+1 anos, a favor da FLBA entidade privada;-----

4. No dia 05.11.2019 levou o assunto à discussão na reunião de Câmara com o intuito de “lavar as mãos”;-----

5. Que, no âmbito destas entidades há ou pode haver conflito de interesses, eventual ilegalidade, ou mesmo prejuízo para o Município.-----

Questiona-se o Sr. Presidente quanto ao seguinte:-----

a) que explique a esta casa, órgão a quem compete fiscalizar a atividade executiva, este negócio;-----

b) se foi averiguada previamente a legitimidade e legalidade desta ação, nomeadamente, a anulação da cedência do direito de superfície em favor de entidade privada, bem como quanto à Escritura realizada;-----

c) porquê tamanha e súbita urgência;-----

d) qual a contrapartida que deste negócio resulta.”-----

No uso da palavra o Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida, proferiu a seguinte intervenção, que se transcreve de acordo com o pedido efetuado à Mesa: -----

“- Página 34 - Valores recebidos referentes ao 2º trimestre 2019/água e saneamento:-----

2019.11.22

Constata-se, pela análise do quadro, que no 2.º trimestre de 2019 existia um valor em dívida, por falta de pagamento das faturas de água, de 4.405,20€. Solicitamos que a Câmara Municipal nos informe se já enviou para a A.T./Autoridade Tributária, uma relação dos consumidores com dívidas à autarquia de forma a que esta proceda às execuções fiscais de modo a que a Câmara seja ressarcida dos valores em dívida. Caso tenha enviado, solicitamos que nos faça chegar através da mesa da Assembleia Municipal cópia da mesma.-----

- Página 35 – No que se refere a empreitadas, o presente relatório apenas identifica aquelas que se encontram em curso, a sua designação, a quem foram adjudicadas e o valor da adjudicação.-----

É nosso entendimento que essa informação é insuficiente uma vez que, para além da informação atrás referida, deveria constar a data de início da obra, a data da sua conclusão, a taxa de execução e, quando existirem, os valores dos trabalhos complementares aprovados.-----

1- Posto isto, solicitamos que nos informem qual o prazo de conclusão da empreitada de requalificação da EB 2, 3das Dairas.-----

2- Em que data se concluiu a empreitada de reabilitação do revestimento dos tanques das Piscinas Municipais cobertas? Foram cumpridos os prazos?-----

- Página 36, Senhor Presidente da Assembleia Municipal:-----

Estando a decorrer a revisão do Plano Diretor Municipal constata-se que foram realizadas reuniões com Juntas de Freguesia e alguns Agentes Locais. No entanto, esta Assembleia Municipal, enquanto órgão máximo do Município, nunca foi ouvida, nem mesmo a Comissão eleita por esta Assembleia.-----

Dado o relevante interesse estratégico para o desenvolvimento do Município deste plano, sugerimos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o

2019.11.22

agendamento de uma reunião extraordinária, com um único ponto em discussão:
Revisão do Plano Diretor Municipal.-----

- Página 43 – No âmbito dos processos de gestão de combustível em caso de incumprimento por parte dos proprietários, solicitamos nos informem em quantos é que a Câmara Municipal se substitui aos mesmos e se está a fazer os trabalhos por administração direta ou por contratação pública.-----

- Página 47 – Tendo a bancada do PPD/PSD sido contactada para dar o seu contributo para o Plano Estratégico de Desenvolvimento e Marketing Turístico, no qual anuiu de imediato, não tendo, no entanto, até à presente data, mais informação sobre o estado de evolução do mesmo, pelo que solicitamos nos informe se já existe algum documento para consulta e análise.”-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, referiu ter tomado nota da sugestão referente à sessão extraordinária e da revisão do PDM, sem prejuízo do acompanhamento através da Comissão criada para o efeito. Aliás já tinha falado dessa possibilidade com o Sr. Dr. Armando Ribeiro, Coordenador desta revisão. Oportunamente dará mais notícias.-----

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, prestou os seguintes esclarecimentos:-----

- Em relação à água, questão recorrente, solicitou ao Vereador do Pelouro esclarecimentos adicionais.-----

- No que se refere às empreitadas, a informação é prestada dentro do conteúdo habitual, empreitadas em curso e respetivo valor.-----

- Em relação ao Plano de Turismo ele está na parte final de elaboração, estando prevista para dezembro a sua apresentação pública, para o que vão todos ser convidados.-----

2019.11.22

- Quanto à Requalificação da EB 2,3 das Dairas, referiu o prazo de conclusão de 6 do corrente, e que na semana seguinte iriam começar a trabalhar na tomada de medidas;-----

- Afirmou não ter presente a data de conclusão da empreitada de revestimento dos tanques das piscinas municipais cobertas -----

- Sobre a Revisão do PDM, referiu que a Comissão eleita na Assembleia pode e deve acompanhar a revisão. Deu ainda nota das diversas sessões que decorreram por todo o Concelho, que na quinta-feira seguinte seriam auscultadas as Associações e que a Assembleia também será ouvida, pois pretende-se um processo transparente e o mais participado possível.-----

- No que se refere à questão levantada pelo Deputado Albano Braga, disse que, mais uma vez houve uma tentativa de dizer que há vigarice e fraude, que se está a entrar numa onda de suspeitas, que não é bom para ninguém. De forma simples, esclareceu que o terreno (ao lado da Igreja de Vila Chã) foi comprado pela Câmara Municipal, que o direito de superfície foi cedido à União de Freguesias para nele ser construído um centro cívico. Posteriormente, veio a Junta de Freguesia manifestar junto da Câmara a vontade de se fazer a reversão da cedência de uma parte do terreno, porque surgiu a oportunidade de instalação de uma creche naquele terreno, em virtude da abertura de candidaturas para equipamentos sociais. Vale de Cambra é deficitária em termos de creches, havendo crianças em instituições de Concelhos limites. Assim, tudo o que seja em prol das crianças e em prol dos pais das crianças deste Concelho, deve ser feito, deve lutar-se por isso e não perder as oportunidades que surgem. Foi com esse espírito de serviço às nossas crianças, às nossas famílias, que o fizeram.-----

Interveio em intervenção complementar o Deputado Municipal António Augusto Almeida, proferindo: “Sr. Presidente em 24 de novembro de 2018 esta

2019.11.22

Assembleia elegeu, no ponto 7, o Representante da Assembleia Municipal junto do PDM, foi nomeado o Deputado Nuno. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal numa circular de 31.01.2019, reuniu com os elementos das diversas tendências no hemiciclo para no ponto 1 eleger o coordenador da Comissão. O que aconteceu aqui? Depois o Sr. Presidente da Assembleia vai dizer se eu estou a trocar as coisas. Nesse mesmo dia o meu colega do PS foi eleito coordenador da revisão do regimento e eu fui eleito o coordenador da do PDM, e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal não aceitou.”-----

O Sr. Presidente da Assembleia informou que na segunda-feira daria resposta por escrito a esta última questão. É um assunto interno da Assembleia Municipal, e não quer entrar em discussões estéreis que não dignificam a mesma.-----

Usou da palavra o Sr. Manuel Correia de Campos, Presidente da Junta da União de Freguesias de vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, referindo em defesa da União de Freguesias, que são transparentes, não andam a criticar, não andam a dizer nada de ninguém e não andam a encobrir nada, neste ou noutros assuntos. A Junta de Freguesia mandou uma proposta a Câmara para aceitação dos metros referidos. Acrescentou que, devemos ter uma palavra não duas palavras, pois que há pouco tempo foi referido em tom de crítica grande que devíamos dar um incentivo à natalidade no Concelho, agora estamos a fazer o contrário. Contou que, quando se fundiu a União de Freguesias chegaram a uma escola nova com poucos alunos, sendo que as Professoras pediram também o prolongamento de horário, tal como em Codal, em boa hora pediram e em boa hora com a colaboração da Câmara Municipal o fizeram e hoje não há vagas. Segundo informação dos pais, também não há vagas de creche em Vale de Cambra, com cerca de 40 crianças interessadas. Para as crianças não irem para Ossela e Carregosa, apareceu oportunidade de fazer a creche, falou-se com a Câmara e chegou-se a este acordo. E há financiamento, quando é assim tem de

2019.11.22

se correr, para cumprir os prazos de candidatura. Havendo terreno suficiente para fazer o centro cívico, faltando apenas um parecer da proteção civil para dar início à obra. Atrás está marcado o terreno cedido à Câmara pela União de Freguesias. Cedeu à Câmara não cedeu à Fundação, não o poderia fazer. Quando se fala deve falar-se a direito, consciente e de verdade, porque quando “temos um telhado de vidro, devemos reparar para o que dizemos, porque se não o vidro pode partir”.-----

Interveio novamente o Deputado Albano Braga referindo que, mais uma vez, o Sr. Presidente da Câmara não convive bem com a critica e que se vitimiza, lembrando-o de situações em que todos na Assembleia estiveram junto com a Câmara votando assuntos por unanimidade.-----

Afirmou defender o apoio aos jovens, nomeadamente uma rede escolar pública desde o jardim-de-infância até à universidade. É até um dever do estado e da própria Câmara Municipal. Mas que, neste caso em particular, não está em causa a bondade de fazer mais instalações/creches para os jovens, uma vez que se refere às diferenças nas áreas dos terrenos, assim como nos prazos dos direitos de superfície, um de 50 anos e outro de 50+1 anos. Sendo que no caso dos 50 anos, no final desse prazo reverte para a Câmara com as benfeitorias, já nos 50+1 anos não reverte para a Câmara mas a favor da entidade privada. Referenciou ainda a falta de informação da convocatória da sessão extraordinária da Assembleia da União de Freguesias, por não referir se a creche é do Agrupamento de Escolas, da União de Freguesias ou da Câmara Municipal. Apenas pretende a legalidade das coisas.-----

Fez ainda referência ao facto de, estando-se a discutir um assunto sobre a Fundação Luíz Bernardo de Almeida, que o Sr. Presidente da Mesa se deveria retirar por fazer parte dos seus órgãos sociais.-----

2019.11.22

Propôs à Mesa, por fim, colocar à Assembleia Municipal que esta matéria seja objeto de comunicação e parecer da CCDRN, DGAL e Procuradoria Geral da República. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, esclareceu fazer parte dos órgãos sociais da Fundação, mas que não se considerou impedido pois não está em causa nenhuma deliberação ou votação. --

Mais informou que, ao preparar a ordem de trabalhos e fazendo a leitura da Informação Municipal, viu a questão e abordou essa situação com a Jurista da Câmara Municipal que informou que o assunto teria de forçosamente vir a uma sessão da Assembleia Municipal, precisamente pela deliberação que esta tomou em 22 de fevereiro de 2019, mas que os procedimentos não estavam completos. Nessa altura sim, não estará na sala/sessão. Agradeceu, contudo, a advertência.-

O Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida referiu não saber a diferença entre os dois prazos de cedência invocados. Contudo, disse que uma coisa sabia, era enaltecer a atitude que a União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho está a ter neste processo, por abdicar de algo que lhe tinha sido entregue, em prol do interesse não só da Freguesia, mas de todo o Concelho. Referenciando o problema demográfico e a dificuldade dos pais em encontrar onde deixar as crianças, disse ser de enaltecer e de receber de braços abertos, a oportunidade de ter uma infraestrutura que contribua para que as famílias se fixem ou para que não saiam do Concelho.-----

Interveio novamente o Deputado Municipal Albano Braga referindo não entender porque tanto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal como o Sr. Presidente da Câmara Municipal não informaram logo no início que este assunto viria mais tarde à Assembleia Municipal.-----

2019.11.22

Ao Deputado José Soares disse que a sua intervenção não foi no sentido de não se fazer mais creches, até porque tem defendido e apresentado propostas em prol da natalidade. Concluindo, referiu que não se devem fazer atropelos à lei. Estando na posse de documentação que entende pertinente, continua a ter dúvidas, que gostaria de ver esclarecidas.-----

Novamente no uso da palavra o Deputado José Soares solicitou os referidos documentos com celeridade e não como aqueles referentes aos rendimentos do sector privado, que na última sessão o Deputado Albano Braga disse que faria chegar de imediato mas que, até à data não lhe chegou nada.-----

Respondeu o Deputado Albano Braga que efetivamente prometeu fazer a entrega dos documentos, mas não disse que era numa semana ou num mês. Informou que os pediu e assim que os tiver entregará a todos os colegas desta Assembleia Municipal.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal solicitou à Chefe da DASDEC, Dr.^a Paula Ferreira, presente na sala, para, na sequência da intervenção do Deputado Albano Braga, prestar informação sobre a função de uma creche e de um Jardim de Infância e respetiva tutela e gestão.-----

Concedida a palavra à Chefe da DASDEC, Dr.^a Paula Ferreira, referiu que Portugal tem um sistema de Segurança Social que tutela as respostas sociais e, neste sentido a creche é uma resposta social que permite o acolhimento de crianças entre os quatro meses e os três anos de idade. A partir daí temos uma rede pública de ensino, gratuito, naquilo que é a sua componente educativa e participado no que é a sua resposta social, ou seja, fora das 9 da manhã e fora das 15h30 há uma componente social. As creches têm uma regulamentação própria, são tuteladas pela Segurança Social e são participadas pelas famílias de acordo com os seus rendimentos. O Concelho tem três creches em

2019.11.22

funcionamento – Fundação Luíz Bernardo de Almeida, Centro Social de S. Pedro de Castelões e Santa Casa da Misericórdia. Os últimos anos têm revelado dificuldade em responder às famílias. Todas elas estão lotadas. Com a entrada de emigrantes as coisas complicaram-se, muitas famílias não conseguem resposta nas creches. Recentemente foi lançado o PARES (Programa de Alargamento da rede de Equipamentos Sociais), uma resposta da Segurança Social e que privilegia Vale de Cambra como um concelho a receber creches, sobretudo porque é um concelho altamente industrializado, tem uma taxa de desemprego na ordem dos 3,5%, o que significa que as mães não conseguem tomar conta, assim como os pais. Os avós com o prolongamento da idade da reforma também não são uma resposta capaz. É neste sentido que a Fundação pretende, a par de outras instituições, reabilitar ou criar creches no Concelho.-----

No uso da palavra o Sr. Vereador José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho, e, em resposta ao Deputado António Augusto Almeida, informou que, neste período, foram emitidas pela DSUOM as certidões de dívidas correspondentes e transitaram para o Gabinete Jurídico, não sabendo do seu ponto de situação, mas que poderá ser vertido na próxima informação municipal.-----

Interveio novamente o Deputado António Augusto Almeida solicitando resposta à questão da diferença entre uma cedência por cinquenta anos e uma cedência por cinquenta anos mais um, podendo a resposta ser dada noutra altura, por escrito e para todos.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que o convite é também para quem aqui avançou com a situação, obviamente não com carácter de obrigatoriedade, mas agradece-se essa explicação.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu que a informação que lhe foi dada é que se trata rigorosamente da mesma coisa, mas que as candidaturas

2019.11.22

obrigariam aos cinquenta mais um. Em termos práticos, acredita, não significa mais nada.-----

Interveio novamente o Deputado António Augusto Almeida solicitando resposta a um requerimento que em tempos apresentou, relativo a um parecer jurídico subscrito pelo próprio Presidente da Câmara. Informou que estando na posse de cópia da ata e cópia do referido requerimento, vai enviar o assunto à Entidade competente – Ordem dos Advogados – para se pronunciar sobre a matéria. Em face à resposta, continuará o seu caminho ou não. Daí pedir também a informação escrita sobre a questão do prazo, cinquenta e cinquenta mais um.---

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação Escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 13 de novembro, retificada em 21 de novembro, acerca da atividade do Município e da situação financeira deste, no período de 31 de agosto a 10 de novembro de 2019.-----

2. RELATÓRIO SÍNTESE DE CONCLUSÕES DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS, RELATIVO À SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2019: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal introduziu a apreciação do documento datado de 8 de outubro de 2019, remetido por Esteves, Pinho & Associados, SROC - “Relatório Síntese de Conclusões – Situação Económica e Financeira a 30.06.2019”, que faz menção às conclusões mais relevantes nos vários itens e que, também, dá conta de uma reformulação significativa dos processos e dos procedimentos, em razão do que se torna necessário alguns ajustamentos cuja advertência de implementação consta da parte final do Relatório.-----

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, começou por agradecer a presença do Revisor Oficial de Contas, Dr. Rui Pinho, que estará disponível para qualquer esclarecimento.

2019.11.22

Acrescentou que, o documento, elaborado sob a responsabilidade dos ROC, está presente para conhecimento e não para aprovação.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório Síntese de Conclusões do Revisor Oficial de Contas, relativo à Situação Económica e Financeira do primeiro semestre de 2019.-----

3. MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2020 –

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 22.10.2019: Presente a proposta de Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2020, agendado na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 22 de outubro de 2019. Fica apenas à ata da sessão uma cópia da Estrutura de Mapa de Pessoal Município de Vale de Cambra – Ano 2020, composta de 6 páginas, assim como do documento Previsão de Remunerações entre os meses de janeiro e dezembro de 2020, de uma página.-----

Concedida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, referiu que o Mapa para 2020, ora em apreciação, vem dar resposta às necessidades do Município, existindo muitos lugares vagos ainda no quadro. Ressalvou que a grande novidade neste mapa, decorre da legislação publicada e tem a ver com a criação do lugar de Coordenador Municipal de Proteção Civil. Solicitou à Sr.^a Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos que esclarecesse eventuais dúvidas.-----

Tomou da palavra o Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida, referindo: “O exemplo mais parecido com este mapa de pessoal são a TAP e a SATA. Porque nenhuma destas entidades fez um estudo das “reais necessidades” pervertendo-o em “reais interesses organizacionais/pessoais” em prejuízo do erário público e conseqüente agravamento da carga fiscal. Mais despesas/prejuízos, mais impostos, mais carga fiscal. Já o disse sobre a

2019.11.22

descentralização, e sobre o quadro de pessoal é assim, quantos mais, mais impostos temos sobre a água, sobre o que é possível.”-----

Ausentou-se da sala, durante alguns instantes o Sr. Presidente da Mesa, ficando a conduzir os trabalhos o Primeiro-Secretário da Mesa, Nuno Miguel Pinheiro da Costa.-----

Em resposta o Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que o quadro da Câmara é o possível e que têm sido contidos no reforço do mesmo, por isso há muitos lugar vagos. Reconhecendo, contudo, que em muitas áreas necessitavam de mais gente e nem sempre é possível encontrar. Refutando o aumento de impostos, referiu que o percurso tem sido precisamente o contrário, o abaixamento de impostos generalizado, uma gestão equilibrada que permita contas certas e de rigor. Vale de Cambra tem a água mais barata da Região Norte e os impostos são os mais baixos da região e da AMP. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte votos a favor, uma abstenção (do Sr. Presidente da Junta de Macieira de Cambra, do PS) e sete votos contra (quatro da bancada do PSD, dois da bancada do PS e do Membro independente), aprovar o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2020, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 22 de outubro de 2019.---

Declaração de voto do Deputado Municipal, independente, Albano Oliveira Braga: “Eu voto contra porque não existe nenhum diagnóstico das necessidades de recursos humanos.”-----

4. ORÇAMENTO 2020 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2020-2023 – DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 22.10.2019: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, introduziu a apreciação dos Documentos que compõem o Orçamento para o ano de 2020, designadamente as *Normas Orientadoras para a sua execução*, das quais consta

2019.11.22

pedido de autorização prévia genérica à assunção de compromissos plurianuais. Assim como, dos documentos/quadros que compõem as “Grandes Opções do Plano para 2020-2023”. Dos documentos referidos fica arquivada uma cópia nos Documentos da Sessão, para os devidos efeitos.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro, referiu que a base para a construção do orçamento são as receitas. Pretende-se um orçamento sério, responsável e realista, que permita o desenvolvimento do Concelho, mas assente numa base sólida. Procuraram também elaborar um orçamento transversal, que olhe para todo o Concelho, para as áreas mais sensíveis, para as pessoas, para as vias de comunicação, para a indústria, para as funções sociais que têm, cada vez mais, um peso maior nos orçamentos, para a educação, para o meio ambiente, entre outros. Mas, que não conseguem num ano ou num mandato resolver os problemas todos do Concelho. Referiu ainda que é necessário ter em conta que as coisas hoje estão mais caras, como se verifica atrás das empreitadas.-----

Concedida a palavra ao Vereador do Pelouro das Finanças, António Alberto Almeida de Matos Gomes, apresentou os valores e principais linhas orientadoras do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, auxiliando-se de uma apresentação em *powerpoint*.-----

Mostrou disponibilidade para prestar esclarecimento adicionais, bem como o Chefe da DAF, Dr. Rui Valente, presente na sala.-----

Usou da palavra a Deputada Municipal Adriana Helena Silva Rodrigues, referindo que o Executivo Municipal verte no Orçamento e Grandes Opções do Plano, na sua essência, a sua “estratégia”. Em reunião de Câmara referem que a única crítica que a oposição poderá tecer sobre o mesmo, é que se trata de um documento “meramente populista e demagógico”, “não sendo inovador” ou

2019.11.22

“arrojado”. Mas, caso percorramos as diversas freguesias do concelho, com uma postura de escuta ativa e de franco diálogo, facilmente verificamos que a crítica que supostamente se poderia fazer à estratégia deste executivo, não é exclusiva apenas dessa dita “oposição”, mas é cada vez mais uma voz una, cada vez mais expressiva, e cada vez mais forte, a que se ouve, e que demonstra o descontentamento com as opções deste executivo. Por diversas vezes se ouve que este executivo não manifesta a dita ambição, não se escuda de uma estratégia forte, clara e evidente; que este executivo se limita a ir “apagando alguns fogos”, no imediato; que não têm conseguido atingir aquilo que acredita todos pretendem, que é fazer crescer Vale de Cambra, na sua multidisciplinidade, nas suas mais diversas valências. Tendo em conta que este é um dos executivos com maior dimensão, numa altura em que se verificam melhorias consideráveis no panorama económico e social do país, facilmente podem concordar com essas vozes que ambicionam mais para este Concelho.----

É certo que a conjuntura é outra. Hoje em dia, fala-se e muito, nas questões da coesão territorial, da sustentabilidade, nos desafios da descarbonização... questões a que não se dedicava tanta atenção num passado mais ou menos recente. Mas a verdade é que, estando já ultrapassada e concluída, a execução de questões tão importantes como a infraestruturação pública básica, são exigidas outro tipo de respostas por parte de quem governa: creches com horários mais adaptados às exigências de um pai e de uma mãe com igual responsabilidade laboral; escolas seguras e modernas, onde as crianças possam crescer em segurança e desenvolver as suas potencialidades; espaços culturais, educação para a cultura e uma forte aposta numa estratégia cultural orientada e transversal; cuidados paliativos e melhores condições para os cidadãos mais idosos; educação ambiental e uma forte aposta na redução da pegada de carbono; aposta na mobilidade dentro e para fora do concelho, com recurso a

2019.11.22

uma rede fiável de transportes públicos; entre muitas mais. No entanto, afirma, o que se nota é uma inércia gritante, uma ausência de atitude perante os problemas mais gritantes do concelho e, sinceramente, uma vontade de fazer diferente, de inovar, de apostar no que nos torna únicos.-----

Verificaram, recentemente, que a Câmara Municipal anunciou, com pompa e circunstância, que iria iniciar obras de requalificação de algumas estradas, se assim as podem chamar, porque muitos já as apelidam de “caminhos de cabras” ou “campos de batalha”. Aplaudem, como é óbvio, que o façam. De imediato. Mas são medidas que pecam por tardias. É incompreensível que os cidadãos tenham de circular nestas condições, para acederem às suas casas. E onde é que vemos maioritariamente que este tipo de situações ocorrem? No interior do Concelho. Um erro crasso para quem deveria procurar combater o despovoamento do Concelho. Contrariam medidas, de anteriores Executivos municipais, tão importantes como a criação de centros escolares ou de zonas industriais, que caso fossem devidamente estimulados, poderiam, por si, fixar famílias e atrair investimento.-----

Anunciam, igualmente, vias cicláveis e pedonais. Uma medida que, ela própria, é capaz de reconhecer valor. É, sem sombra de dúvidas, o futuro das cidades. Mas, perguntou - foram devidamente esclarecidas as populações sobre o seu propósito e a sua importância? Fazem parte de uma estratégia maior de posicionamento de Vale de Cambra, como um destino Verde, amigo do ambiente, uma medida de estímulo ao exercício físico e à manutenção da saúde dos Valecambrenses? O que torna este e outros projetos de difícil compreensão aos cidadãos, é vê-lo como avulso, sem ter a noção de que existe um “todo” por detrás que justifica as “partes”. -----

Executam obras de requalificação do centro urbano. Bem, no seu entendimento. A cidade ficou mais acessível e mais inclusiva. Mas olham para o Concelho como

2019.11.22

um todo? - perguntou. Compreendem que não é fácil, para as pessoas que sentem haver necessidades mais prementes, entender o seu valor ou o contexto que permitiu que essas obras pudessem ser feitas por este executivo?-----

Apostam na aquisição de um edifício emblemático deste concelho, que se tornará, num futuro próximo, num Centro de Artes de Espetáculos. Uma medida positiva, sem qualquer sombra de dúvidas. Mas e a estratégia que está pensada para aquele espaço e que justificaria as opções arquitetónicas e os equipamentos que para ele estão pensadas? Onde está? -----

E a tudo isto, acresce uma morosa resposta em termos das infraestruturas básicas de água e saneamento transversais a todo o Concelho. Acresce uma aparente inércia e a ausência de estímulos junto de quem poderia empreender, criar, inovar no nosso concelho. Acresce a falta de condições para criar *neests* de apoio ao empreendedorismo, estímulo a projetos novos, nas mais diversas áreas, que permita a fixação dos mais jovens. Vale de Cambra precisa de mais espaços comerciais e de restauração de qualidade, de diversidade e de qualidade de produtos e serviços; é importante que também aqui a Câmara Municipal cumpra o seu papel, e desenvolva medidas que possibilitem uma aposta na modernização e contemporaneidade dos que já existem, e estímulos aos que potencialmente possam vir a ser criados; precisa reter os seus empresários, apostando em melhores condições fiscais, e espaços dotados de condições ideais para que possam desenvolver com sucesso os seus projetos, de boas acessibilidades para que possam, com facilidade, escoar os seus produtos.-----

Terminou, referindo que gostariam de ver vertidos neste orçamento e nas grande opções do plano, uma reflexão em forma de resposta a todas estas questões. Talvez, nesta fase, já nem precisemos de “Planos estratégicos”. Talvez estejamos já numa fase de “Planos de Ação”, conciliados, e como bem defendem, numa

2019.11.22

gestão rigorosa dos recursos públicos. Mas se há coisa que aprendeu, enquanto Autarca deste Concelho, numa altura de crise económico-financeira das mais difíceis de que há história neste País, é que muitas vezes o que é preciso é vontade e habilidade, para fazer acontecer. E, acima de tudo, ouvir as pessoas e integrá-las nos processos. Sendo elas do nosso ou de outros partidos.-----

Interveio o Deputado Municipal Albino Luís Soares de Almeida recolocando a questão de há um ano – O que queremos para Vale de Cambra? Um plano sobre o futuro da região! Não contesta a forma como o orçamento foi feito, ou até os valores e a distribuição pela diferentes rubricas. Mas, argumentou que a Câmara está em autogestão e a lutar pela sobrevivência, vivendo das suas receitas e do que se aproveita dos fundos comunitários. Vale de Cambra tem um grande tecido empresarial, mas não é suficiente. Por forma a sustentar a dificuldade que Vale de Cambra está a passar e a sofrer, citou alguns dados da “PORDATA”, sobre a Área Metropolitana do Porto, área extremamente rica em Portugal, não sem antes enunciar os 17 Municípios que a integram. Após o que referiu que, destes 17 Municípios, no período entre 2001 e 2018, dez aumentaram a sua população e sete diminuíram, sendo que Vale de Cambra passou de 24732 para 21462 habitantes. O que demonstra falta de incentivo e atratividade para, pelo menos, manter a população em Vale de Cambra. Número de indivíduos em idade ativa, por idoso é de 2,6 – o segundo mais baixo da AMP, sendo que em 2001 era de 4,1. Em cem idosos existem 48,2 com idade de 75 anos ou mais – o segundo mais alto da AMP. O número de indivíduos em idade ativa por idoso, segundo os Censos são de 3,1. Mas há casos mais alarmantes: Mais ou menos filhos por mulher em idade fértil, Vale de Cambra tem 26,5 – a mais baixa da AMP; Nascimento de bebés por mil residentes – Vale de Cambra apresenta 5,6 – a mais baixa da AMP; Existência de mais/menos idosos para 100 jovens – Vale de Cambra tem 224,9 idosos para cem jovens, o número mais elevado em toda a

2019.11.22

AMP. Não há dúvida que a situação tem vindo a piorar, e se não se apresentar um orçamento ambicioso pensado nestes problemas qualquer dia Vale de Cambra passa a uma aldeia, argumentando que só viu termos comparados com estes no Alentejo. Referenciou ainda outros dados: Idosos em idade ativa – 38,5%, o terceiro mais alto da AMP; Mais ou menos jovens por 100 pessoas em idade ativa – Vale de Cambra apresenta 17,1, o terceiro pior caso da AMP; Doenças registadas por cancro, lesões e envenenamentos, diabetes, doenças do aparelho circulatório, doenças do aparelho digestivo e suicídio: Vale de Cambra apresenta a taxa mais alta da AMP de doenças do aparelho circulatório, afirmando que provavelmente faltam apoios na área da saúde. Todos os outros parâmetros se mantêm mais ou menos dentro dos valores dos outros municípios. Deixou ainda um outro dado para reflexão: mais e menos jovens e idosos em cem pessoas por idade ativa - 55,6% em Vale de Cambra, a terceira taxa mais alta da AMP. Não quer dizer que Vale de Cambra vai desaparecer mas não está a melhorar, é preciso ver as coisas de uma forma futurista, para que se possa garantir um futuro para Vale de Cambra. Temos de viver o momento, mas apela a que haja um plano nos orçamentos, nem que seja um bocadinho, uma parcela, todos os anos de forma a desenvolver estas necessidades e qualidades, para que um dia qualquer Vale de Cambra não venha a ser uma aldeia. -----

No uso da palavra o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida referiu, no seguimento da intervenção da Deputada Adriana Rodrigues, sobre as vozes que se vão ouvindo nas freguesias, recordou que, há quatro anos também já se falava em idênticas vozes, e passado dois anos viu-se o resultado.-- Referiu estar-se a discutir o Orçamento e que quando se discute o Orçamento discutem-se necessidades múltiplas e ilimitadas e, do outro lado e para lhe fazer face, recursos que são sempre escassos e muito limitados. Disse que seria nesse sentido que se teria de adequar esses recursos escassos para as referidas

2019.11.22

necessidades múltiplas, da forma mais racional possível e, também, afetando e alocando a maior parte desses recursos às necessidades consideradas mais prioritárias e que mais contribuam para o desenvolvimento de uma terra. Referiu que, naturalmente, o Orçamento é um plano financeiro e estratégico, que tem de obedecer a uma determinada estratégia/caminho.-----

Sobre o documento ora em apreciação, referiu que o valor do Orçamento para 2020 é de 21,5 milhões de euros, que tem de ser observado dos dois lados. Que quando se faz a apreciação de um orçamento se olha fundamentalmente para o lado da despesa, isto é, onde os fundos vão ser aplicados, mas que também é necessário olhar para a receita. Neste último domínio, argumentou que, há algo importante que também beneficiou a população – o abaixamento dos impostos municipais e a manutenção dos preços do preço dos bens fornecidos pela Câmara Municipal aos munícipes. Neste âmbito, salientou fundamentalmente o preço da água, que é o terceiro mais baixo do distrito de Aveiro e, também, do saneamento, num dos níveis mais baixos do distrito. Salientou que isto acaba por ter um efeito negativo na receita, o que justifica o diferencial de 1,5% comparativa ao Orçamento de 2019. Destes 21,5 milhões de euros, 14,5 milhões são receitas correntes e os outros 7 milhões são receitas de capital. Realçou que, do lado das despesas, seguindo a tendência dos últimos anos, se tem uma despesa corrente de apenas 11 milhões de euros que é muito inferior à receita corrente, pelo que da receita corrente são libertados 3 milhões de euros para aplicação em despesas de capital, isto é, em investimento e amortização de dívida. Referiu não estar a querer dizer que a despesa corrente seja sempre uma má despesa, até porque em muitos casos é uma despesa social. A despesa com pessoal não é um fator negativo, uma vez que os trabalhadores prestam um serviço à Comunidade, dando como exemplo a intervenção da Dr.^a Paula Ferreira nesta sessão e o trabalho da sua equipa no serviço social, num fundamental apoio à população,

2019.11.22

assim como outras equipas em outras áreas. A rúbrica “outras despesas correntes” corresponde também a gastos muito importantes, como os suportados com a alimentação escolar e os transportes escolares, que são nítidas despesas sociais.-----

Do lado da receita corrente, salientou que as receitas correntes próprias superam as transferências recebidas, o que significa que a Câmara tem um nível de independência financeira ao nível das receitas correntes superior a 50%, ou seja, se o Estado por qualquer motivo tiver de reduzir as transferências para os Municípios, a nossa Câmara tem capacidade de amortecer essa redução de forma muito mais fácil do que outra Câmara que esteja mais dependente das transferências do Estado. -----

Relativamente às despesas de capital, no montante de 10,5 milhões de euros, mencionou que, correspondem a cerca de 50% do total da despesa, e que dela 9,5 milhões estão alocados a investimento e 889 mil euros a amortização de dívida. -----

Salientou o carácter benigno deste Orçamento no que respeita à transversalidade do investimento pelas diferentes áreas, desde logo o ensino, que é fundamental para o desenvolvimento demográfico do Concelho, beneficiando de um montante de mais de 1 milhão de euros (EB Dairas e Escola de Vila Chã - sede). Referiu que, também o aspeto cultural tem um aspeto muito relevante no Orçamento de 2020, desde logo com a construção do Centro de Artes e Espetáculos, que vai proporcionar uma produção cultural significativa. Especificou ainda outros investimentos previstos, nomeadamente nos arruamentos fundamentais (como a Av. da Senhora da Saúde e a estrada para Porto Novo), no Turismo, nos percursos pedonais e cicláveis, na rede de abastecimento de água e saneamento e na sustentabilidade ambiental (eficiência energética rede iluminação pública e controlo das redes de água). -----

2019.11.22

Terminou referindo que, julga ser um bom Orçamento, quer pela sua substância, quer pela sua *compliance* (conformidade) com a legislação corrente, nomeadamente com o Regime Financeiro das Autarquias Locais preenchendo todos os 12 princípios ali previstos.-----

De seguida, o Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida entregou um requerimento ao Senhor Presidente da Mesa. E, de imediato, referiu o que se transcreve nos termos do solicitado à Mesa: “Relativamente às intervenções dos meus antecessores, no que se refere ao Orçamento – Deputados Adriana Rodrigues, Albino Almeida e José Soares, eu gostei, é um contributo, irei dar o meu. Com uma nota breve, no que o Deputado José Soares referiu à Deputada Adriana não seja uma questão de ciúmes políticos. Quanto ao rigor, o ano passado já o disse ao Vereador António Alberto, temos ali o Dr. Rui Valente, um homem de rigor, nas contas eficaz e eficiente. Quanto ao resto é político, temos de fazer o debate.-----

O Sr. Presidente da Câmara disse que poderíamos consultar o Orçamento e os anexos, mas como diz Ricardo Araújo Pereira “*estar vivo aleija*”, é o título de um livro da sua autoria. Isto, porque o ano passado a maioria CDS, que governa a Câmara Municipal, retirou a esta Assembleia Municipal o direito de discutir 3.075.000€ do Centro de Artes e Espetáculos de Vale de Cambra e nos colocaram a discutir o empréstimo de um palco à Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões. Como? Através de um anexo ao Orçamento. São estes perigos das coisas ocultas.-----

Sobre o orçamento 2020 e as grandes opções do plano para 2020-2023 diríamos que se trata de um orçamento sem plano que apenas visa cumprir calendário e formalidades legais.-----

2019.11.22

Não se vislumbra no orçamento para 2020 uma ideia, uma visão ou uma estratégia de desenvolvimento humano, social e económico.-----

Percebe-se que este orçamento corre atrás da eventual abertura de avisos a candidaturas a fundos europeus, mas nada há que indique que essas oportunidades de financiamento se venham a alinhar com as grandes opções do plano, porque simplesmente não há plano estratégico.-----

Não se encontra, sequer, uma linha de investimento que visa facilitar o investimento na economia local como fator de criação de emprego e riqueza e nada se diz ou prevê para incrementar o setor industrial que em Vale de Cambra é genuinamente o motor do desenvolvimento local.-----

Na verdade, estamos há 6 anos consecutivos mergulhados num marasmo, numa confrangedora falta de ideias, de visão e de estratégia política.-----

O atual Edil e a maioria CDS estão a condenar Vale de Cambra ao retrocesso e, a pouco e pouco, à desertificação e ao abandono.-----

Um orçamento é fundamentalmente, um instrumento político por excelência. É aí, que se pode perceber, de forma clara, qual a visão e a estratégia da governação política do Município, mas o orçamento aprovado pela atual maioria CDS não apresenta nada disso.-----

É, a nosso ver, um mero documento provisional com valor contabilístico, enfim, tudo o que não deveria ser. É confrangedor e triste.-----

Por estas razões, votamos contra.”-----

O 2.º Secretário da Mesa, Susana Marisa de Almeida Cunha da Silva, passou a ler o Requerimento supra referido, que apresenta o seguinte teor: “Exm.º Senhor Presidente, -----

2019.11.22

Solicitamos que, no que se refere ao abastecimento de água, nos seja entregue relatório trimestral nominativo dos devedores com três ou mais meses de pagamento em atraso.-----

Este procedimento deve tornar-se institucional a partir da presente data.-----

Respeitosamente-----

Pelos membros da Assembleia Municipal eleitos pelo PPD/PSD.-----

António Augusto de Pinho Soares de Almeida-----

Vale de Cambra, 22 de novembro de 2019.”-----

Usou da palavra, de seguida, o Sr. Sérgio Miguel Santos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões reconhecendo que este é um orçamento realista. Fica contente de ver contempladas neste orçamento algumas obras, como a da Av. da Senhora da Saúde, local histórico e visitado especialmente no dia da N. Sr.^a da Serra.-----

Agradeceu o investimento feito na sua Freguesia, quer na execução das ciclovias assim como na requalificação de escolas. Mas, vai pedir mais, pois acha que ainda é pouco para S. Pedro de Castelões. Abordando a área Desportiva, louvou todas as Coletividades e Direções das diferentes modalidades desportivas praticadas, referenciando o hóquei, o futsal e o futebol feminino. É na Freguesia de S. Pedro de Castelões que se situam a maioria parte destas coletividades. Lamentando que das zonas mais retiradas do centro, as crianças não venham também praticar desporto. Defendeu ser hora da Câmara ter um projeto também para o Desporto porque é um complemento para a educação, para a cultura e mesmo para o turismo.-----

De seguida, abordou as necessidades do Valecambrense e do Estádio já muito degradado, precisando de um projeto sério para a sua requalificação. Referenciou

2019.11.22

as dificuldades para realizar os treinos, mesmo com a utilização do Campo Municipal n.º 2, argumentando que em 2017 eram 109 atletas e que, agora, são já 225, no total dos diferentes escalões. Assim, apresentou uma sugestão ao Sr. Presidente da Câmara e Executivo: transformar o campo do Valecambrense num campo sintético para muitos dos escalões treinarem ali, e no terreno integrado no mesmo estádio fazer também um campo de futebol de sete, para os seniores e outros escalões. Bem como, sugeriu a remodelação das bancadas. No geral, todas as infraestruturas precisam de manutenção. Fundamentou ainda a sua proposta na propensão natural das crianças Valecambrenses para o desporto/futebol, o que é reconhecido até pela Associação de Aveiro; e que as crianças são felizes quando praticam desporto.-----

Sugeriu, também, que o torneio CambraCup em vez de ser levado a efeito no Parque da Cidade, seja feito em regime de rotatividade, quer no Valecambrense, quer no Macieirense, evitando-se assim o custo com a instalação de bancadas.----

Mencionou ainda as dificuldades de gestão dos horários dos treinos do futsal, no Pavilhão Municipal.-----

Terminou desejando a todos um bom Natal.-----

No uso da palavra o Deputado Albano Oliveira Braga perguntou se a verba de 173.100,00€, prevista na rubrica 01.01.01 - Titulares Órgãos de soberania e membros de Órgãos Autárquicos (01.01 Remunerações certas permanentes), é a mesma dos anos de 2018 e de 2019.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, em relação ao que considerou as críticas da Deputada Adriana Rodrigues referiu que faz efeito espelho e que se refletem no que, muitas vezes, foi a ineficácia de quando foi vereadora. Referiu ser mais importante falar do futuro. Contra-argumentou com o que o executivo tem feito pelo interior do concelho,

2019.11.22

também, com a requalificação de diversas vias, o investimento de 3 milhões na rede de água e saneamento, com a requalificação do cinema, que espera seja uma âncora para o desenvolvimento do concelho. Informou que se vai iniciar a elaboração de um projeto cultural minimamente sustentável, pois que a cultura custa dinheiro e normalmente dá prejuízo, mas é importante, quem investe na cultura investe nos Municípios. Referiu que o Executivo tem estado também atento à questão ambiental. No que refere às ciclovias, admite que a comunicação à população possa não ter sido a melhor, mas acha que as pessoas vão entender quando toda a rede estiver concluída, isto é Macinhata, Macieira de Cambra e a ligação do Parque da Cidade à Praia Fluvial. Essa comunicação pode e deve ser feita, assente na lógica da mobilidade, descarbonização e promoção da saúde da população. Continuou argumentando que, Vale de Cambra tem as melhores condições fiscais, tem das taxas mais baixas praticadas na AMP e até no Distrito de Aveiro. No que se refere à acessibilidades para os empresários escoarem os produtos fez referência à fase final da Requalificação da ER 227. Assim como, referiu a pressão junto do IP para a requalificação da EN 224. Existindo uma calendarização do IP para fazer uma requalificação profunda à EN 224 em 2021, farão os possíveis para que tal ocorra mais cedo. Mencionou também o investimento feito na educação com as requalificações das várias escolas, e no investimento na eficiência energética.-----

Contra-argumentou que é fácil na oposição dizer que não há investimento e que não há estratégia mas que, tal não correspondente à verdade, pois tem sido feito investimento e ainda assim recuperado o passivo da Câmara Municipal, apresentando, neste momento, saúde financeira e, que embora não se possa “entrar em esbanjamento de dinheiro”, se houver um imprevisto a Câmara Municipapl está com melhor saúde financeira para o superar.-----

2019.11.22

Na sequência da intervenção do Deputado Albino Almeida, registou os dados enumerados, para os quais têm de ter atenção, que podem ser olhados como um despertar, para esta tendência nacional. -----

Ao Sr. Presidente da Junta de S. Pedro de Castelões, referiu que têm feito investimento naquela freguesia, que vão fazer mais, assim como nas outras freguesias. Referiu que a questão apresentada é pertinente e admitiu estarem a olhar para ela com atenção e preocupação. Deu nota do forte investimento feito no relvamento do campo da Raposeira, da cedência do Campo nas Dairas ao Valecambrense. Mas, efetivamente a evolução em termos de formação e de camadas jovens precisa de espaço e de outra resposta, de forma rápida. A gestão do espaço que tem de ser olhada de forma atenta pela Câmara Municipal, pois querem que os atletas continuem a formar-se em Vale de Cambra. No que se refere ao Futsal e à logística do Pavilhão Municipal também começa a ser complicada, pelo que procura-se resposta de outros pavilhões, como da ACR e da Escola Secundária, a título de uma Parceria. -----

Quanto à intervenção do Deputado António Augusto Almeida referiu que abordou de forma genérica o orçamento e as grandes opções do plano.-----

Concedida a palavra ao Sr. Vereador António Alberto Almeida de Matos Gomes, em resposta ao Deputado Albano Braga, informou que em 2018 o valor foi de 164.500,00€, e em 2019 foi de 174.370,00€, sendo a previsão para 2020 de 173.100,0€.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e um votos a favor, cinco votos contra (quatro da bancada do PSD e um do Membro independente) e duas abstenções (dos dois Deputados Municipais do PS), aprovar os Documentos que compõem o Orçamento para 2020 e as Grandes Opções do Plano para 2020, presentes à sessão nos termos da proposta da Câmara Municipal de 22 de

2019.11.22

outubro de 2019, assim como emitir autorização prévia genérica à assunção de compromissos plurianuais prevista no Anexo II das Normas de Execução do Orçamento.-----

5. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL - DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 22.10.2019: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva introduziu o ponto 5, proposta de alteração ao Plano Diretor Municipal, de acordo com a deliberação da Câmara Municipal de 22 de outubro de 2019:-----

Introdução no Regulamento do PDM, do “*Artigo 101.º C – Regularização no âmbito do RERAE (DL 165/2014, de 5/11)*”-----

As operações urbanísticas que se enquadrem no Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas e cujas atividades económicas tenham obtido decisão favorável ou favorável condicionada tomada em Conferência Decisória, podem ficar dispensadas do cumprimento, parcial ou integral, das prescrições do PDM que lhe sejam aplicáveis, nos termos definidos nas atas das Conferências Decisórias.”-----

Concedida a palavra ao Sr. Vereador António Alberto Almeida de Matos Gomes explicou o enquadramento da presente proposta e o processo que lhe deu origem.-----

O Deputado Municipal, independente Albano Oliveira Braga mencionou que o Sr. Presidente da Câmara por vezes conhece as matérias todos, outras vezes esquece-se de pormenores, assim como às vezes faz intervenções que roçam a deselegância, o que entende ainda há pouco ter acontecido na sequência da intervenção da Deputada Adriana Rodrigues tendo o Sr. Presidente feito referência à ineficácia enquanto vereadora.-----

2019.11.22

Sobre o ponto em apreço, referiu tratar-se de uma regularização ao abrigo da lei em vigor, sendo a última situação dos requerimentos apresentados por seis empresas. É justa e vem dar resposta a um grande empreendedor do Concelho, uma pessoa relativamente nova, cuja empresa terá cerca de 100 trabalhadores, com boas previsões de desenvolvimento, pensa que daqui a uma meia dúzia de anos terá mais uns 20/30 trabalhadores. Trata-se de empresa da área da metalomecânica (Inocambra) e praticamente exporta tudo o que produz. Produz com qualidade e reinveste os seus lucros. Mas, que nem sempre foi apoiada pela Câmara Municipal, referindo que no ano 2006 ou 2007, em reunião pública da Câmara Municipal, o Sr. António Augusto, gestor e grande empreendedor da Inocambra, veio solicitar que a Câmara o deixasse construir onde agora está e levou uma “nega da Câmara”, o que atrasou os seus investimentos em meia dúzia de anos. Não se lembra se estariam todos presentes, mas que o atual Presidente da Câmara e o atual Presidente da Assembleia, eram então Vereadores sem pelouro. Se já na altura a Câmara tivesse a iniciativa de ir junto da CCDR-N e das autoridades superintendentes, a Inocambra teria uns seis ou oito anos de avanço. “Há o ricochete e os telhados de vidro”. Nessa altura não viu ninguém a apoiar este Empresário.-----

Interveio o Sr. Vereador António Alberto Gomes lembrando que o Decreto-Lei que possibilitou esta regularização é de 2014.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal defendeu-se referindo não querer ser deselegante, mas que a Deputada Adriana Rodrigues lhe faz ataques e quer responder à letra, mas com a devida consideração, pois não quer ofender.-----

De resto, referiu que devem apoiar a indústria e fazer o melhor pelos industriais, no que estiver ao alcance da Câmara, pois que estes são a âncora do Concelho.

2019.11.22

Procuram uma posição igualitária na colaboração, cumprindo todos os pressupostos, permitindo criar postos de trabalho e riqueza.-----

A Assembleia Municipal deliberou, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 22 de outubro de 2019, por unanimidade dos seus 28 membros, aprovar a alteração ao Plano Diretor Municipal, no que se refere à Planta de Ordenamento e Planta de Condicionantes, bem como ao Regulamento do PDM, acrescentando-lhe o seguinte artigo:-----

Artigo 101.º C – Regularização no âmbito do RERAE (DL 165/2014, de 5/11)-----

As operações urbanísticas que se enquadrem no Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas e cujas atividades económicas tenham obtido decisão favorável ou favorável condicionada tomada em Conferência Decisória, podem ficar dispensadas do cumprimento, parcial ou integral, das prescrições do PDM que lhe sejam aplicáveis, nos termos definidos nas atas das Conferências Decisórias.-----

6. ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA E SEU SUBSTITUTO, PARA REPRESENTAR AS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO NO XXIV CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES (ANMP): Presente a Comunicação da ANMP que deu entrada

nesta Assembleia Municipal, sob o n.º 238, de 20.09.2019, solicitando se proceda à eleição prevista n.º 2, do artigo 6.º dos Estatutos da ANMP, de um Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto, para representar as Freguesias do Município no próximo Congresso da ANMP, a ter lugar nos dias 29 e 30 de novembro.-----

Foi colocada a votação, por escrutínio secreto, a única lista apresentada à Mesa, cujo proponente foi o CDS/PP, propondo a seguinte lista: Efetivo:

2019.11.22

Presidente da Junta de Freguesia de Arões, Sr. Arménio Tavares Lige; Substituto: Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira, Sr. Henrique Martins Pereira.-----

Efetuada o escrutínio secreto, dentre os vinte e oito membros, obteve-se 21 votos a favor, 1 voto contra e 6 brancos, tendo a Assembleia Municipal eleito, por maioria, o Sr. Arménio Tavares Lige, Presidente de Junta de Freguesia de Arões para representar as Freguesias do Município no XXIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e, como seu substituto, o Sr. Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira.-----

7. ELEIÇÃO PARA NOVO MEMBRO DA COMISSÃO EXECUTIVA METROPOLITANA DO PORTO – EXERCÍCIO DE VOTO ANTECIPADO (A votação está reservada aos 21 membros eleitos diretamente, não participando os Presidentes de Junta, nos termos do disposto no n.º 5, do artigo 74.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro): O Sr. Presidente da Assembleia, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, informou que, ao abrigo do disposto no artigo 6.º, n.º 1, alínea c), e artigo n.º 16.º, n.º 1, do Regimento da Assembleia Municipal, a Mesa decidiu retirar este ponto de apreciação, a fim de não suscitar possíveis questões de interpretação legal que possam questionar a validade da votação. Será convocada uma sessão extraordinária para o dia 2 de dezembro de 2019.-----

8. DESIGNAÇÃO DE UMA PESSOA PARA INTEGRAR A COMISSÃO ALARGADA DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS: Por força da deliberação desta Assembleia Municipal de 21.12.2017, integram a Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens, os seguintes membros da Assembleia Municipal: Filomena Maria Soares de Almeida Moreira, Adriana Helena Silva Rodrigues, Ana Maria da Silva e Nelson Fernandes de Almeida. Atento ao requerimento da Deputada Municipal Adriana Helena Silva Rodrigues

2019.11.22

(entrada 252, de 08.10.2019) para ser substituída nestas funções, por motivos pessoais e profissionais.-----

O Sr. Presidente, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, em nome de toda esta Assembleia Municipal agradeceu a colaboração prestada pela Deputada Adriana Rodrigues, assim como a disponibilidade que sempre manifesta para as mais variadas tarefas no âmbito das competências atribuídas a este órgão. -----

De seguida informou que, no pressuposto do anteriormente deliberado, sendo que estão representados naquela Comissão alargada um elemento de cada uma das bancadas com assento nesta Assembleia Municipal, ligou ao Deputado António Augusto de Pinho Soares de Almeida, para que o PSD indicasse outra pessoa para substituir a Deputada Adriana Rodrigues.-----

Indagado pelo Deputado Albano Oliveira Braga, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que, esta foi a sua interpretação, mas que cada Deputado é livre de apresentar uma proposta.-----

A Deputada Municipal Adriana Helena Silva Rodrigues, em nome do PPD/PSD indicou de imediato o Deputado António Augusto de Pinho Soares em Almeida.-----

Antes de colocar o assunto a votação, por escrutínio secreto por forma a cumprir os requisitos legais, **o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva** perguntou se algum membro pretendia apresentar uma outra proposta, mas não houve manifestação de interesse.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva solicitou a palavra para agradecer o trabalho desenvolvido pela Deputada Adriana Rodrigues na CPCJ.-----

Concedida a palavra à Vereadora Maria Catarina Lopes Paiva, que preside à CPCJ, após cumprimentar os presentes, fez um agradecimento especial à

2019.11.22

Deputada Adriana Rodrigues, porquanto foi um elemento ativo da Comissão Alargada que deixa, desde já, saudades pelo seu trabalho e colaboração empenhada durante todo o tempo que permaneceu na Comissão. É um elemento valioso que a Comissão deixa de ter, com pena, mas é um serviço voluntário e não se pode colocar em risco a vida pessoal ou profissional para estar num órgão destes, embora seja um órgão de suma importância, por defender os interesses das nossas crianças. Acrescentou que, este ano a Comissão Alargada foi proativa, e que tal também teve que ver com a presença da Deputada Adriana Rodrigues na Comissão.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu sublinhar este reconhecimento.-----

Foi colocada a votação, por escrutínio secreto, a proposta apresentada à Mesa, pelo PPD/PSD, indicando para o efeito o Sr. Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida. **Efetuada o escrutínio secreto**, obteve-se 19 votos a favor, 5 votos contra e 4 votos em brancos, tendo a Assembleia Municipal eleito, por maioria, o Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida, para integrar a Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens.-----

9. FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM REGIME DE MERCADO DE PREÇOS LIVRES | AUTORIZAÇÃO PARA O COMPROMISSO PLURIANUAL E REPARTIÇÃO DE ENCARGOS ORÇAMENTAIS EM MAIS QUE UM ANO ECONÓMICO – DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 5 DE

NOVEMBRO DE 2019: Em 26 de junho de 2019, a Assembleia Municipal deliberou autorizar a repartição de encargos da despesa plurianual (pelos anos de 2019 a 2022), referente ao concurso público para *Fornecimento de eletricidade em regime de mercado de preços livres*, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 18 de junho de 2019. A Câmara Municipal veio a dar por concluído o

2019.11.22

Procedimento em questão, deliberando, em 22.10.2019, não adjudicar a nenhum dos concorrentes o Concurso Público n.º 42/2019. **Assim, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, introduziu a apreciação deste ponto**, agendado na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 5 de novembro de 2019, que solicita a esta Assembleia Municipal autorização para o compromisso plurianual e a repartição de encargos orçamentais em mais que um ano económico, para o novo procedimento que deliberou abrir nessa data, e que se estima em 2.730.000,00€ (acrescido de IVA), repartido pelos anos de 2020 a 2023. Anexa Caderno de Encargos e Programa de Concurso, cuja cópia se arquiva nos Documentos da sessão.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, esclareceu que este assunto foi presente à Assembleia, mas que o concurso não foi adjudicado. Entretanto a Câmara Municipal deliberou a abertura de novo concurso público, e como se trata de uma despesa plurianual a competência é do órgão deliberativo pelo que está presente para essa importante aprovação, e refere “importante” dado tratar-se de um bem essencial para o funcionamento do Município.-----

Usou da palavra o Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida, agradecendo a confiança depositada para integrar a Comissão Alargada da CPCJ, afirmando que procurará fazer o seu melhor.-----

Sobre o assunto ora em apreciação, proferiu: “Lembro-me perfeitamente do que disse quando começamos este processo. E lembro que os maus procedimentos normalmente conduzem a estas situações. Eu na altura disse, que quando fazemos um contrato, e tenho na minha agenda contrato com a EDP e com tudo o que é contratos e sei quando eles caducam, e normalmente com o tempo

2019.11.22

necessário de antecedência – e o meu caso não é uma câmara – tenho o aviso de que devo fazer uma renegociação. Na altura eu critiquei de forma positiva dizendo que tudo o que sejam contratos, ou encargos com cláusulas contratuais devem ser feitas as renegociações com a antecedência necessária. Agora, andamos com contratempo, temos de ir a outro concurso. Com tempo resolvem-se melhor as coisas, em cima da hora não dá. Vejam se conseguem fazer isso para resolver bem. Obrigado.”-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e sete votos a favor e uma abstenção (do membro independente, Albano Braga), autorizar o compromisso plurianual e respetiva repartição de encargos da despesa (anos 2020 a 2023), referente ao procedimento de concurso público para o *Fornecimento de eletricidade em regime de mercado de preços livres*, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 5 de novembro de 2019.-----

Faltando cerca de cinco minutos para a meia-noite, o Sr. Presidente da Assembleia, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, colocou à consideração do plenário, nos termos Regimentais, a continuação da sessão para além dessa hora, para ouvir o público inscrito e votar a minuta, o que mereceu aprovação da Assembleia Municipal, por maioria de vinte e seis votos a favor, um voto contra (do Deputado António Santos Sousa) e uma abstenção (do Deputado Independente, Albano Oliveira Braga).-----

Declaração de voto do Deputado Municipal António Santos Sousa, efetuada após cumprimentar os presentes: “Para que as pessoas aqui presentes, público em geral, para que não pensem que tenho algo contra vós, pelo contrário, isto é um procedimento que eu já tenho adotado anteriormente. Portanto, eu sigo a mesma linha que tenho seguido até aqui. Só para esclarecer este ponto.”-----

2019.11.22

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu prosseguimento à ordem de trabalhos da sessão, concedendo, de imediato, a palavra ao público inscrito.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: Usou primariamente da palavra o Cidadão, Eng.º Afonso da Silva Almeida que, após cumprimentar os presentes, abordou as seguintes questões, sobretudo ligadas à sua Freguesia (Macieira de Cambra):-----

- referindo-se a um artigo de jornal, sobre a abertura do concurso da Estrada Porto Novo a Cancelo, apelidou-a de “no mínimo duvidosa”, porquanto não fosse a persistência dos habitantes daquele lugar com a ajuda da Junta de Freguesia, ainda estariam na “estaca zero”. Lembrando os esforços do Sr. Presidente da Junta já há cerca de 3 anos, bem como a cedência de terrenos para o seu alargamento e correção até ao lugar do Fôjo. Apelou a que o Executivo tenha o bom senso de saber quais foram os proprietários que cederam o terreno, que sejam contactados e se aproveite nesses locais para alargar a via. Relembrando o facto de há cerca de dois anos e meio a colocação de tapete na estrada Vila Chã – Teamonde, ter parado junto à empresa Bel, para posterior colocação de saneamento, e só depois ser feita a pavimentação, referiu que agora haja coerência nesta estrada de Porto Novo que agora se vai pavimentar e se coloque o saneamento, para não voltar a rasgar.-----

- solicitou o arranjo da Praça de Macieira de Cambra e que ouçam a Junta de Freguesia em relação ao respetivo projeto.-----

- sobre a ciclovia em execução na Av. Dr. António Fonseca, referiu que já existia uma ciclovia bastante ampla no parque da cidade. Não acredita que nalguns troços as pessoas vão andar de bicicleta, dada a zona acidentada como é a

2019.11.22

nossa. Em jeito de comparação referiu que tal como a população tem vindo a decrescer nos últimos 16, 17 anos, as estradas do Concelho também estão a ser esganadas e particularmente aquela Avenida. Noutros tempos, bem ou mal, fizeram as avenidas com o objetivo de crescimento, e agora esgana-se o que foi feito. Haveriam outras razões e outros locais para investir esse dinheiro, outras prioridades, como o saneamento, que tem sido ultimamente contemplado e bem.--

- sobre o estaleiro da Câmara Municipal e concretamente os antigos aviários em ruínas, alertou para a segurança e má imagem, referindo até que estão a “meter nojo”, acrescentando o facto de se localizarem no centro de uma Freguesia populosa como Macieira de Cambra e a 150metros do Centro Cultural do Concelho. Não é uma questão económica, é uma questão de sensatez e de estar atento. Faz referência a esta situação, por não ter sido esclarecida em anterior sessão, e não lhe ter sido permitido recolar a questão na altura.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que, para mostrar que da sua parte e da Mesa não há nenhum impedimento, nos termos do Regimento teria cinco minutos para intervir - artigo 21.º, n.º 3, mas falou nove minutos e ninguém lhe disse nada. Para que não fique o equívoco da situação. Agradeceu contributo.

De seguida, usou da palavra o segundo cidadão inscrito, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite, que, após cumprimentar os presentes, aludindo às competências da Assembleia Municipal, sobretudo enquanto órgão fiscalizador, perguntou ao Sr. Presidente se foi cumprida a deliberação da Assembleia Municipal de 12.12.2016, de atribuir a Medalha de Ouro Municipal à Casa do Professor/Universidade Sénior, assim como se foi cumprida a deliberação da Assembleia Municipal de 19.10.2017 – atribuição de Medalha de Prata de Mérito Municipal ao atleta Tiago Rodrigues. Explicando que esta deliberação foi tomada na véspera da tomada de posse, na sequência de uma deslealdade do Sr.

2019.11.22

Presidente da Câmara para com o então Presidente da Assembleia Municipal, nos termos dos documentos já anteriormente fornecidos por si às bancadas. A primeira proposta foi apresentada pelo PSD e estranha que durante três anos não tenham dito nada. A segunda proposta foi apresentada pelo PS, estranhando, também, que não tenham dito nada. Da parte do CDS estas propostas foram aprovadas por unanimidade, estranha que os membros que vinham do mandato anterior também não se tenham manifestado. Na sua opinião, dar honra às pessoas é tão importante como lutar pelo desenvolvimento do Concelho. Se estes assuntos são tratados com tanta leviandade, como é que serão tratados os assuntos importantes debatidos nesta Assembleia - afirmou, ficando a aguardar a explicação do Sr. Presidente da Câmara.-----

Concedida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, para efeitos de resposta, o mesmo esclareceu que as deliberações mencionadas pelo Eng.º Rui Leite não estão esquecidas, que a seu tempo se dará cumprimento às mesmas.-----

No que se refere à intervenção do Eng.º Afonso Almeida, disse que algumas questões deviam ser respondidas pelo Presidente da Junta. Acrescentando, contudo, que a estrada de Porto Novo será requalificada, reperfilado o seu perfil transversal e terá tudo o que é necessário para uma estrada com segurança e com funcionalidade.-----

Relativamente à extensão da rede saneamento, quando se fala em investimentos consideráveis é necessário ter condições financeiras para o assumir e, neste momento, não há nenhum programa comunitário que financie água e saneamento. Por meio da AMP, os Municípios que a integram, estão a pressionar o Governo para que abra avisos de candidatura para estas redes. À medida que existe disponibilidade financeira, vai-se priorizando e dando andamento à

2019.11.22

extensão das redes em alguns locais, como em Teamonde que está atualmente em execução. -----

Relativamente às ciclovias, depende do gosto e interesse de cada um. O País e a Europa estão virados para a descarbonização e modo suaves. O Município tem dado resposta aos desígnios europeus e mundiais da descarbonização, é um incentivo que todos damos. Não são consensuais mas são necessárias. Deu como exemplo, a criação do Centro de Marcha e Corrida, que hoje é um sucesso. Que quando a rede de ciclovias estiver construída e olharem para a sua configuração, vão dizer que valeu a pena o investimento. Se não tivéssemos criado condições para a mobilidade, estariam as mesmas vozes a criticar por não terem aproveitado a oportunidade. Têm aproveitado os fundos comunitários “até à última gota”, desde a eficiência energética, às ciclovias, às escolas, aos espaços culturais, às redes de água e de saneamento. Citou particularmente a obra da Casa da Broa de Paraduça, a Casa da Cota na Felgueira, Requalificação e criação da Praça de Junqueira. Não podem ser acusados de não trazer investimento para Vale de Cambra, ainda há muita obra para ser executada.-----

No que se refere ao Estaleiro da Câmara, dá razão ao interveniente, pois está muito mau, miserável até. Obrigatoriamente e o quanto rápido possível terão fazer uma intervenção, pois nada abona em favor da Câmara Municipal. -----

- APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e sete votos a favor e uma abstenção (do Deputado Municipal independente, Albano Oliveira Braga) elaborar a minuta da ata da sessão, aprovando de igual modo o texto da mesma.-----

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão pelas

